

Termo de Referência 18/2023

Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: O necessário sigilo ao presente Termo de Referência se justifica pela temática - concurso público - a que o mesmo se refere. Para garantia da isonomia, impessoalidade, moralidade e eficiência, princípios que devem reger o concurso público, imperioso garantir o sigilo de sua fase preparatória, materializada, notadamente, pela confecção dos Estudos Técnicos Preliminares e Termos de Referência/Projetos Básicos.]

Número do TR	UASG	Editado por	Atualizado em
18/2023	158134-INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE SERGIPE	MOEMA DANTAS BISPO	29/09/2023 16:03 (v 3.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;	23060.001636/2023-64

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de instituição para prestação de serviços especializados para elaboração, diagramação, impressão, logística, supervisão, aplicação de provas, análise de provas de títulos, julgamento de recursos, processamento e divulgação de resultados, ou qualquer outro ato alusivo à organização e realização de concurso público, para provimento de cargos integrantes das carreiras de Técnico-Administrativo em Educação e de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em favor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação se dará por meio de Dispensa de Licitação, conforme fundamentação constante no Estudo Técnico Preliminar respectivo.

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	Prestação de serviços técnico-especializados, com vistas ao planejamento, organização e realização de concurso público para Técnico-Administrativo em Educação - Nível C.	10014		4244	95,00	R\$ 403.180,00
1	2	Prestação de serviços técnico-especializados, com vistas ao planejamento, organização e realização de concurso	10014		11628	105,00	R\$ 1.220.940,00

		público para Técnico-Administrativo em Educação - Nível D.					
	3	Prestação de serviços técnico-especializados, com vistas ao planejamento, organização e realização de concurso público para Técnico-Administrativo em Educação - Nível E.	10014		7740	130,00	R\$ 1.006.200,00
	4	Prestação de serviços técnico-especializados, com vistas ao planejamento, organização e realização de concurso público para Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - PEBTT.	10014		11634	150,00	R\$ 1.745.154,55

1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela supra.

1.4. Os serviços objeto desta contratação se caracterizam como comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado.

1.5. O contrato terá vigência a partir de sua assinatura até o término da validade do concurso, podendo ser prorrogado, nos termos do art. 111, da Lei nº 14.133/2021.

1.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.7. A presente contratação adota como regime de execução a empreitada por preço global, dos serviços efetivamente realizados.

1.8. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE SUGERIDOS

1. **Maior número de concursos realizados nos últimos 5 anos; em persistindo o empate:**
2. **Maior número de concursos federais realizados nos últimos 5 anos; em persistindo o empate:**
3. **Sorteio.**

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual, tanto do ano de 2023, quanto do ano de 2024, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 10728444000100-0-000008/2023

II) Data de publicação no PNCP: 11/05/2023

III) Id do item no PCA: 870

IV) Classe/Grupo: 851-Serviços de Agências de Empregos e Fornecimento de Pessoal

V) Identificador da Futura Contratação: 158134-958/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. A contratação se refere a serviço não continuado, comum, cuja vigência estará adstrita até a completa realização do concurso e de todos os atos a ele vinculados.

4.2. De acordo com as especificidades do objeto, as boas práticas de sustentabilidade, a serem observadas pela contratada, constam do Decreto nº 7.746, de 05/06/2012; do Tópico 16, do Estudo Técnico Preliminar, e demais legislação pertinente.

4.3. As obrigações de contratada e contratante estão previstas no Estudo Técnico Preliminar.

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação, a que se refere o art. 96, da Lei nº 14.133/2021.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. As condições e a dinâmica de execução do objeto encontram-se inseridas em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5.1.1. Tal qual disposto no ETP, o início da execução do objeto terá por termo a data de assinatura do contrato.

5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias e procedimentos, que envolvem a execução do objeto, encontra-se disposta no Estudo Técnico Preliminar.

5.1.3. Consoante previsto no ETP, o local de prestação dos serviços é a cidade de Aracaju/SE.

5.1.4. Os serviços serão executados de acordo com o cronograma previamente definido, conforme constante da proposta apresentada.

5.1.5. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades e qualidades estimadas e esperadas, promovendo a sua substituição quando necessário.

5.2. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.2.1. O provimento de 43 (quarenta e três) cargos, pertencentes à carreira de Técnico-Administrativo em Educação.

5.2.1.1 O detalhamento dos cargos encontra-se inserido no Estudo Técnico Preliminar.

5.2.2. O provimento de 183 (cento e oitenta e três) cargos, pertencentes à carreira de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

5.2.2.1 O detalhamento dos cargos encontra-se inserido no Estudo Técnico Preliminar.

5.3. Independente de transcrição, todos os serviços apresentados na proposta da proponente se vinculam, obrigatoriamente, à prestação dos serviços.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#)).

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)). (supressão - não se aplica)

6.8.1. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)). (item não se aplica)

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.9.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.9.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.10. O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

6.11. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

6.12. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. DO RECEBIMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO E DO PAGAMENTO DA DESPESA

7.1. O recebimento da taxa de inscrição será gerenciado pela contratada, através de conta bancária especialmente aberta para as finalidades do contrato. Os valores arrecadados serão utilizados como principal forma de pagamento da despesa contratada.

7.1.1. A referida conta bancária não pode ser movimentada para nenhuma outra finalidade diversa das especificadas em contrato.

7.1.2. A contratada deverá providenciar junto à instituição bancária o acesso para consulta de extratos de movimentação da conta por servidores componentes da comissão de fiscalização do contrato designados em portaria do Instituto Federal de Sergipe.

7.1.3. A contratada somente poderá movimentar a conta bancária para retiradas objetivando o pagamento dos serviços, mediante prévia autorização do IFS, consoante cronograma que segue:

ETAPA	DESCRIÇÃO	PRAZO - AUTORIZAÇÃO
1ª – Conclusão das Inscrições	Liberação de 40% do valor arrecadado, mediante o envio de relatório à fiscalização contendo o quantitativo total de inscrições por cargo	Até 10 dias úteis após o recebimento do relatório

2ª – Divulgação do resultado final TAE	Liberação de 30% do valor arrecadado, mediante o envio de relatório à fiscalização contendo a listagem final dos candidatos TAE	Até 10 dias úteis após o recebimento do relatório
3ª – Divulgação do resultado final PEBTT	Liberação do restante do saldo da conta (30% do valor arrecadado – menos despesas bancárias), mediante o envio de relatório à fiscalização contendo a listagem final dos candidatos PEBTT	Até 10 dias úteis após o recebimento do relatório

7.1.4. Tarifas bancárias de qualquer espécie serão assumidas pela contratada.

7.2. Caso o valor arrecadado bruto com as taxas de inscrições não seja suficiente para cobrir a despesa contratada, conforme a proposta comercial, a diferença será paga pela contratante à contratada, até o limite de **R\$ 655.333,15**, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento pela fiscalização do relatório contendo a listagem final dos candidatos PEBTT.

7.3. Serão condições para o pagamento e a liberação de retiradas de que trata o item 7.1.3:

7.3.1 Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

- a) não produziu os resultados acordados;
- b) deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- c) deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.3.3. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF, para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital.

7.3.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.3.5. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.3.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.3.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.3.8. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3.9. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.3.10. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31, da Lei nº 8.212, de 1990, nos termos do item 6, do Anexo XI, da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.3.11. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

7.3.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = (6 / 100) \quad I = 0,00016438 \quad / \quad 365 \quad (TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%)$

7.3.13. O pagamento ou saque será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Guia de Recolhimento da União (GRU) apresentada em relação aos serviços a serem efetivamente prestados e aos materiais empregados.

7.3.14. Sendo o valor arrecadado maior que o valor das despesas com o concurso, a CONTRATADA deverá depositar 5% (cinco por cento) da sobra na conta única da União em favor do IFS, através de Guia de Recolhimento da União.

DO REAJUSTE

7.4. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

DA GARANTIA DA EXECUÇÃO

7.5. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, em razão de se tratar de um contrato não continuado, cuja vigência finda em um período breve, a partir da assinatura do contrato.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.6. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.7. Pela prática das infrações administrativas, previstas no item 7.6, deste TR, a administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.7.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

a) A sanção de advertência será aplicada exclusivamente pelo cometimento da infração administrativa prevista no inciso I do item 7.6 deste TR, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

b) A sanção de multa, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no item 7.6.

c) A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 7.6 deste TR, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

d) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 7.6 deste TR, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do mesmo item, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na alínea "c" supra, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

e) A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida de análise jurídica e observará as regras versadas no art. 156, § 6º, da Lei nº 14.133/2021.

f) As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 7.7 deste TR poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

g) Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

h) A aplicação das sanções previstas no item 7.7 deste TR não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

i) Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 7.7 deste TR, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.8. Observam-se ainda no presente tópico ("Das Sanções Administrativas"), as demais regras pertinentes, versadas nos arts. 158 a 163, da Lei nº 14.133/2021.

7.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de DISPENSA DE LICITAÇÃO, na modalidade CHAMADA PÚBLICA, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MAIOR DESCONTO POR ITEM, conforme Estudo Técnico Preliminar.

Exigências de habilitação

8.2. Todos os requisitos de habilitação encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar.

Habilitação jurídica: vide Estudo Técnico Preliminar.

Habilitação fiscal, social e trabalhista: vide Estudo Técnico Preliminar.

Qualificação Econômico-Financeira: vide Estudo Técnico Preliminar.

Qualificação Técnica: vide Estudo Técnico Preliminar.

8.3. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pela proponente, por meio de e-mail a ser disponibilizado na Chamada Pública.

8.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitaes quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.5. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

8.6. Se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.7. Serão aceitos registros de CNPJ de proponente matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

8.8. Como condição para habilitação, a proponente deverá apresentar ainda a seguinte declaração:

8.8.1. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

8.9. Será inabilitada a proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência.

8.10. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Termo de Referência, será efetuada a contratação da proponente.

8.11. O critério de aceitabilidade de preços será o valor global de R\$ XXX. **(item não se aplica)**

8.12. O critério utilizado para análise e julgamento de aceitabilidade da proposta para contratação por meio de Dispensa de Licitação é o disposto no art. 75, inciso XV, da Lei nº 14.133/2021.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 4.375.474,55

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 4.375.474,55, consoante detalhado e justificado no Estudo Técnico Preliminar.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados à contratante, no Orçamento Geral da União, conforme dados da tabela abaixo:

UG/GESTÃO	FONTE	Ação Orçamentária	Natureza da Despesa
158134/26423 –	1000000000 –	20RL – Funcionamento	339039 – Outros

Instituto Federal de Sergipe	Recursos do Tesouro Nacional	das Instituições Federais de Educ. Tecnológica	Serviços de Pessoa Jurídica
---------------------------------	---------------------------------	---	--------------------------------

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MOEMA DANTAS BISPO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/09/2023 às 16:03:12.

ALYSSON SANTOS BARRETO

Membro da comissão de contratação

ANA PAULA DOS SANTOS SILVA

Membro da comissão de contratação

ANCILLA MIRIAM CARVALHO MOURA

Membro da comissão de contratação